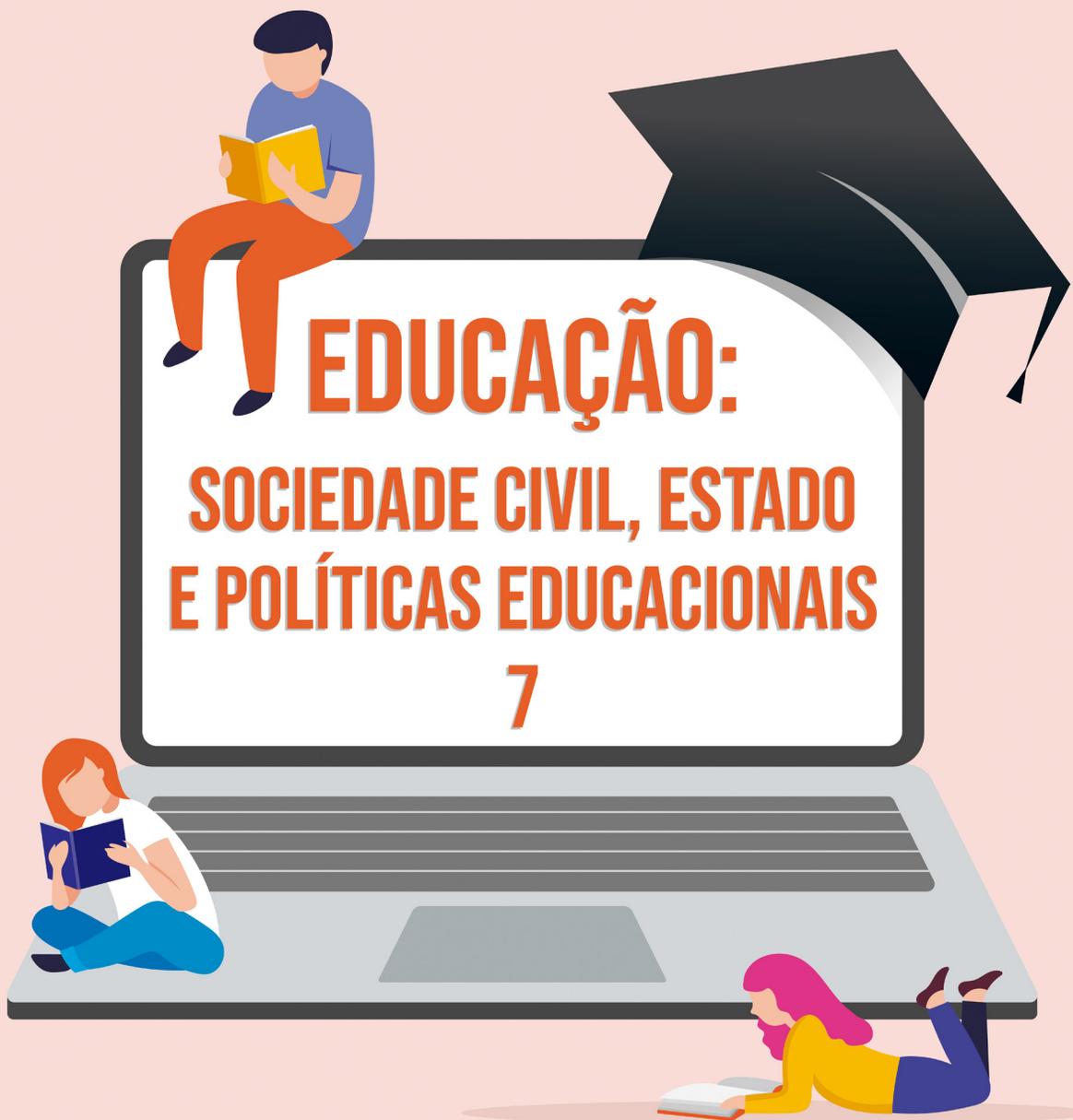


Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:
SOCIEDADE CIVIL, ESTADO
E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
7



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 7
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-774-1

DOI 10.22533/at.ed.741212701

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO REMOTO: ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE DO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Iraneide Nascimento dos Santos

Isabela Nascimento dos Santos

Priscilla Vasconcelos Aguiar

Danielle Alessandra Souza de Holanda Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.7412127011

CAPÍTULO 2..... 12

INTERFACES DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE MUDANÇAS CONSTANTES

Evandro Roque Rojahn

Júlio César Pinheiro do Nascimento

Roney Ricardo Cozzer

Samuel Cândido Henrique

DOI 10.22533/at.ed.7412127012

CAPÍTULO 3..... 24

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E VALORIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Maria da Conceição de Moura Silva

Viviani Fernanda Hojas

Renata Cristina Lopes Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7412127013

CAPÍTULO 4..... 38

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO NA VISÃO DE DOCENTES E GESTORES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Maurilio José Pereira

Adriana Leônidas de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.7412127014

CAPÍTULO 5..... 55

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Wanessa Costa dos Santos

Camila Braga da Conceição

Raianny Oliveira da Silva

Nágila Alves da Silva

Elizete Cambraia Oliveira

Juliene Abreu da Silva

Jucilene Márcia Rameiro de Araújo Cruz

Maria do Carmo dos Santos Silva Ramos

Tatiane da Conceição Silva

Aurineia Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7412127015

CAPÍTULO 6	64
AÇÕES EDUCADORAS ARTICULADAS EM AUTOGESTÃO: DOS VÍNCULOS AOS COLETIVOS DE UMA ESCOLA WALDORF	
Tereza de Magalhães Bredariol	
Rayanne Suim Francisco	
Alexandra Cleopatre Tsallis	
DOI 10.22533/at.ed.7412127016	
CAPÍTULO 7	76
A CONSTRUÇÃO DE CORDÉIS PEDAGÓGICOS: UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO EM EVIDÊNCIA PARA PROFESSORES DA CEEJA ATRAVÉS DO PICP	
Marilza Sales Costa	
Maria Luzia do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7412127017	
CAPÍTULO 8	90
GAMES EDUCATIVOS: DIFERENTES FERRAMENTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	
Gislaine Beretta	
Tatiane Beretta	
Bruna de Oliveira Bortolini	
Juliano Bitencourt Campos	
DOI 10.22533/at.ed.7412127018	
CAPÍTULO 9	103
AS POLÍTICAS CURRICULARES CONTEMPORÂNEAS E A (RE)ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elane Luís Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.7412127019	
CAPÍTULO 10	121
APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO VIGOTSKI: POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Denis Correa Ferminio	
Thaise de Oliveira	
Vidalcir Ortigara	
Vânia Vitória	
DOI 10.22533/at.ed.74121270110	
CAPÍTULO 11	132
O USO DO LÚDICO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Vanessa Cordeiro Hermogenio	
Jocitiel Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.74121270111	
CAPÍTULO 12	143
A INFÂNCIA NEGRA E QUILOMBOLA NA PERSPECTIVA DA LEI 9.394/1996 EM	

ALCÂNTARA – MA

Ricardo Costa de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.74121270112

CAPÍTULO 13..... 154

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CRIAÇÃO DO *CAMPUS* DA UECE NO SERTÃO DOS INHAMUNS

João Álcimo Viana Lima

DOI 10.22533/at.ed.74121270113

CAPÍTULO 14..... 166

DESENVOLVIMENTO DA ATITUDE CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Vania Fernandes e Silva

Rosângela Veiga Júlio Ferreira

Ricardo Vicente da Cunha Júnior

Letícia Cunha Reis

DOI 10.22533/at.ed.74121270114

CAPÍTULO 15..... 172

“VELHO” E *NOVO MAIS EDUCAÇÃO*: AJUSTES NA FUNÇÃO DA ESCOLA AFEITOS AO CAPITAL?

Saraa César Mól

Cosme Leonardo Almeida Maciel

Ana Maria Clementino Jesus e Silva

Flávia Silva Martins

DOI 10.22533/at.ed.74121270115

CAPÍTULO 16..... 184

PROPOSTAS DE INSTRUMENTOS MEDIACIONAIS PARA FOMENTAR A QUALIDADE DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE SALA DE AULA VIRTUAL

Fernanda Maria Furst Signori

Alexsandro Barreto Gois

DOI 10.22533/at.ed.74121270116

CAPÍTULO 17..... 193

SOBRE SINCRONIAS, ENCONTROS E AFETOS – O MUNDO ENQUANTO SALA DE AULA ou A SALA DE AULA É O MUNDO

Angela Zamora Cilento

DOI 10.22533/at.ed.74121270117

CAPÍTULO 18..... 209

O USO DO CINEMA EM SALA DE AULA: UM DEBATE NECESSÁRIO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E NO TRABALHO DOCENTE

Douglas Soares Freitas

Manoel Messias Rodrigues Lopes

Suely dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.74121270118

CAPÍTULO 19.....	225
LET'S SING FOR A MULTICULTURAL EDUCATION	
Juan Rafael Muñoz Muñoz	
Javier González Martín	
DOI 10.22533/at.ed.74121270119	
CAPÍTULO 20.....	235
OFICINAS DE REFLEXÃO E ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS: INSTRUMENTOS DE PESQUISA NA ABORDAGEM QUALITATIVA NO ÂMBITO EDUCACIONAL	
Rosimeire Ferreira Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.74121270120	
CAPÍTULO 21.....	244
RECURSOS DIDÁTICOS E A RESSIGNIFICAÇÃO DE CONCEITOS: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA	
Givaedina Moreira de Souza	
Cintia Dias de Mattos Toyoshima	
Maria Irene dos Anjos Souza da Silva	
Américo Junior Nunes da Silva	
Ana Maria Porto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.74121270121	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	253
ÍNDICE REMISSIVO.....	254

“VELHO” E NOVO MAIS EDUCAÇÃO: AJUSTES NA FUNÇÃO DA ESCOLA AFEITOS AO CAPITAL?

Data de aceite: 22/01/2021

Data de submissão: 16/11/2020

Saraa César Mól

Instituto Federal do Rio de Janeiro
Duque de Caxias - RJ
<http://lattes.cnpq.br/4441054152438687>

Cosme Leonardo Almeida Maciel

Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu
Casimiro de Abreu – RJ
<http://lattes.cnpq.br/71262395320646866>

Ana Maria Clementino Jesus e Silva

Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais
Belo Horizonte - MG
<http://lattes.cnpq.br/6163058546425740>

Flávia Silva Martins

Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro
Rio de Janeiro - RJ
<http://lattes.cnpq.br/0969583663168859>

RESUMO: Este artigo é uma tentativa de contribuir para o debate envolvendo a temática da educação integral e (m) tempo integral que, nas últimas décadas, tem ocupado lugar de destaque no meio acadêmico, com destaque para os estudos de Cavaliere (2007, 2011, 2013), Libâneo (2014, 2016), impulsionados pelas políticas educacionais desenvolvidas nas diferentes esferas do Estado brasileiro. Neste sentido, buscamos refletir sobre a perspectiva

formativa, especialmente a partir do *Programa Mais Educação* (PME), instituído pela portaria Interministerial n. 17, de 2007 e regulamentado pelo Decreto n. 7.083, de 2010, e Novo Mais Educação, regulamentado pela Portaria n.º. 1.144, de 10 de outubro de 2016. Para tanto, nos serviram de fontes primárias os aportes legais e normativos que dispõem sobre a ampliação da jornada escolar no país e aqueles que regem os Programas em questão. Também recorreremos à bibliografia especializada, a exemplo dos estudos supracitados. Constatamos, a princípio, que o PME, ensejando a ideia de uma educação integral em tempo integral, buscava formalizar uma concepção de educação intercultural, multisetorial e de proteção social. Já o PNME representa um aprofundamento da aproximação das políticas educacionais do Brasil com as demandas dos organismos internacionais, voltadas a atender interesses imediatos do capital. Em vista disso, reconhecemos a necessidade de nos posicionarmos de forma crítica diante das políticas educacionais para a ampliação da jornada escolar, muitas vezes com uma roupagem de democratização da escola ou da melhoria da qualidade, mas comprometidas com interesses opostos, que tendem para a manutenção do *status quo*. Dessa forma, o presente artigo buscou refletir principalmente sobre que perspectiva formativa tem permeado as políticas federais contemporâneas de ampliação da jornada escolar. Qual formação? Para qual sociedade?

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Tempo Integral; Educação Integral; Programa Mais Educação; Programa Novo Mais Educação

“OLD” AND NEW *MAIS EDUCAÇÃO*: ADJUSTMENTS IN SCHOOL FUNCTION AFFECTED WITH CAPITAL?

ABSTRACT: This article is an attempt to contribute to the debate involving the theme of full-time and (m) full-time education, which, in recent decades, has occupied a prominent place in the academic environment, with emphasis on Cavaliere’s studies (2007, 2011, 2013), Libâneo (2014, 2016), driven by educational policies developed in different spheres of the Brazilian State. In this sense, we seek to reflect on the formative perspective, especially from the Mais Educação Program (PME), instituted by the Interministerial Ordinance n. 17, 2007 and regulated by Decree no. 7,083, of 2010, and Novo Mais Educação, regulated by Administrative Rule no. 1,144, dated October 10, 2016. For this purpose, the legal and normative contributions that they have on the extension of the school day in the country and those that govern the Programs in question served as primary sources. We also resort to specialized bibliography, like the aforementioned studies. We found, at first, that the PME, giving rise to the idea of a full-time full-time education, sought to formalize a concept of intercultural, multisectoral and social protection education. The PNME, on the other hand, represents a deepening of the approximation of educational policies in Brazil with the demands of international organizations, aimed at meeting the immediate interests of capital. In view of this, we recognize the need to position ourselves critically in the face of educational policies for the extension of the school day, often in the guise of democratizing the school or improving quality, but committed to opposing interests, which tend to maintain the status quo. Thus, this article sought to reflect mainly on what formative perspective has permeated contemporary federal policies to expand the school day. What formation? Which society?

KEYWORDS: Full-time education; Integral Education; More Education Program; Novo Mais Educação Program.

1 | INTRODUÇÃO

A ampliação da jornada escolar integrou experiências educacionais desde o século XX no Brasil, mas é num contexto de mudanças estruturais alicerçadas na sociedade civil que ela é normatizada.

Referimo-nos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - (BRASIL, 1996), mas no século XXI seus desdobramentos são ainda maiores¹: (1) por contar com aporte financeiro específico, proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (BRASIL, 2007a); (2) por ser posta como meta nos Planos Nacionais de Educação (BRASIL 2001, 2014a); (3) por estar presente na pauta das políticas públicas governamentais, especialmente a partir do *Programa Mais Educação* (PME), instituído pela Portaria Interministerial n. 17, de 2007 (BRASIL, 2007b) e regulamentado pelo Decreto n. 7.083, de 2010 (BRASIL, 2010) pelo governo Federal, como uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Em um movimento de redirecionamento da função da escola, após o fim dos encaminhamentos financeiros subjacentes ao PME, pela Portaria n. 1.144, de 2016

¹ Vale dizer, em alguns casos, caso sob a configuração de uma educação em tempo integral.

(BRASIL, 2016b), foi instituído o *Programa Novo Mais Educação*² (PNME), num desenho diferenciado, voltado, apesar disso, para o mesmo segmento da Educação Básica, o Ensino Fundamental.

Considerando que a ampliação da jornada escolar pode estar a serviço de diferentes propostas educativas, é a perspectiva de formação humana subjacente a tais *Programas* que este trabalho busca investigar. Reconhecemos a necessidade de nos posicionarmos de forma crítica diante das políticas educacionais de ampliação da jornada escolar, muitas vezes apresentadas com uma roupagem de democratização da escola ou da melhoria de sua qualidade, mas comprometidas com interesses privados, que tendem para a manutenção do *status quo* ou para os ajustes requeridos pelo capitalismo em relação à função social da escola. Dessa forma, o presente artigo buscou problematizar a perspectiva formativa que tem permeado as políticas federais contemporâneas de ampliação da jornada escolar, especificamente aquelas subjacentes aos primeiros quinze anos do novo século. Qual formação esses *Programas* buscaram articular? Para qual sociedade?

Numa abordagem qualitativa, tomamos como base para a pesquisa documental os aportes legais e normativos que dispõem sobre a ampliação da jornada escolar no Brasil e aqueles que regem os *Programas* mencionados, além de documentos norteadores, disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) para sua materialização nas escolas públicas de nosso país. Também apoiamos-nos em bibliografia especializada, a exemplo dos estudos de Cavaliere (2007, 2011), Clementino (2013), Libâneo (2014), Freitas (2014), Silva (2013), Silva e Silva (2014). Além do resumo e desta introdução, o trabalho é desenvolvido a partir do delineamento da proposta formativa dos programas *Mais Educação* e *Novo Mais Educação* e suas considerações finais.

2 | **PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: QUAL (CON)FORMAÇÃO?**

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi instituído e regulamentado pela Portaria n. 17, de 2007 (BRASIL, 2007b) e pelo Decreto n. 7.083, de 2010 (BRASIL, 2010), o Programa Mais Educação (PME), ação de iniciativa do governo federal que buscou a indução de uma educação integral e(m) tempo integral no contraturno escolar, prioritariamente para os estudantes mais vulneráveis socialmente do Ensino Fundamental, considerando esse tempo integral como “A jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais” (BRASIL, 2010).

Pertencente à Secretaria de Educação Básica (SEB)³ e à Diretoria de Currículos e

2 Cabe destacar que o Programa Novo Mais Educação, deve ser compreendido dentro de uma conjuntura política mais ampla, marcada por um pacote de medidas que atingem diferentes setores da sociedade.

3 Vale dizer, entre 2011 e 2016, pois a origem do Programa remete à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), no seio da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania.

Educação Integral, o PME era empreendido de forma intersetorial, sob a responsabilidade de diferentes áreas da gestão pública, com apoio financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), repassado diretamente às escolas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A proposta “intersectorial” de articulação das ações e projetos do governo era vista como essencial para a consecução da educação integral pelo Ministério da Educação:

Para o debate acerca da Educação Integral, do ponto de vista das ações preconizadas pelo Ministério da Educação, a intersetorialidade impõe-se como necessidade e tarefa, que se devem ao reconhecimento da desarticulação institucional e da pulverização na oferta das políticas sociais, mas também ao passo seguinte desse reconhecimento, para articular os componentes materiais e ideais que qualifiquem essas políticas. Por isso, é preciso ressaltar a intersetorialidade como característica de uma nova geração de políticas públicas que orientam a formulação de uma proposta de Educação Integral (BRASIL, 2009a, p. 43).

Contudo, evidenciamos que tal proposta se mostrou como um desafio, tendo em vista a tradição da administração pública brasileira em funcionar de forma isolada em seus diferentes setores, a falta de estrutura das políticas dos diferentes órgãos públicos brasileiros para funcionarem conjuntamente, no âmbito da estrutura do Estado. Além disso, “É preciso lembrar ainda que as ações conjuntas dependem da superação das injunções político-partidárias que, com frequência, orientam as escolhas e as motivações administrativas [...]” (GABRIEL; CAVALIERE, 2012, p. 282).

Sob a insígnia de uma educação integral e (m) tempo integral intersetorial, a indicação era de que as atividades ocorressem dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele, sob sua orientação pedagógica (BRASIL, 2010), a partir dos “territórios educativos”, a serem constituídos a partir da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos, tais como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas, e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais. Nesse sentido,

[...] é possível afirmamos que até aos anos 2000 há a predominância de uma vertente na elaboração das experiências de educação integral em tempo integral, especialmente dedicada à estruturação de escolas para o atendimento das classes sociais desfavorecidas, no entanto, o que vemos hoje é a predominância da vertente que se preocupa muito mais com o número de alunos atendidos do que com a estruturação do espaço escolar; aquela vertente que volta o seu foco para o aluno. Em suma, tal mudança no foco se dá, justamente, durante um período da história recente do Brasil [...], extremamente propício à divisão de tarefas da parte do Estado em relação à oferta dos direitos sociais. Como vimos, a sociedade civil organizada (local da iniciativa privada), nesse período, é chamada a compartilhar ações (principalmente no âmbito dos serviços sociais) com o Estado a fim de uma melhora na eficiência da oferta desses direitos (SILVA, 2013, p. 76).

É assim que o PME se materializou na escola, mas não exclusivamente nela, visando propiciar a formação integral de crianças, adolescentes e jovens; a garantia da proteção e assistência social (BRASIL, 2007b); a melhoria da aprendizagem; a promoção do diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais; o enfrentamento da violência, a integração entre escola e comunidade (BRASIL, 2010).

Esse cenário educativo incluía “macrocampos” do conhecimento que, considerando as peculiaridades do território, possuíam orientações para as escolas do campo e urbanas (BRASIL, 2014b), a partir da realidade da comunidade na qual a escola estivesse inserida, do entrelaçamento entre diferentes culturas, saberes, identidades, valorizando a diversidade, relacionando os “saberes comunitários” e os “saberes escolares”, o que revelava uma proposta de educação integral intercultural:

A interculturalidade remete ao encontro e ao entrelaçamento, àquilo que acontece quando os grupos entram em relação de trocas. Os contextos interculturais permitem que os diferentes sejam o que realmente são nas relações de negociação, conflito e reciprocidade. Escola e comunidade são desafiadas a se expandirem uma em direção a outra e se completarem (BRASIL, 2009b, p.21).

Silva e Silva (2014) afirmam que a centralidade nas diferenças culturais no PME teve influência do escolanovismo pragmatista de Anísio Teixeira, inspirado em Dewey. Contudo, os temas “diferença” e “diversidade” assumiram um tom pós-moderno nesse Programa, sem que houvesse um questionamento das condições materiais que historicamente condicionaram as políticas de silenciamento e exclusão, as quais buscava combater.

Na mesma direção, Libâneo (2016), ao analisar o PME, evidencia que a proposta de educação integral e (m) tempo integral preconizada pelo *Programa*, tratava-se de uma estratégia do Estado para solução de problemas sociais e econômicos que venham afetar a ordem social e política, sob o discurso de que Estado divida, com a sociedade e as comunidades, as responsabilidades pela escola pública, assim como a associação do uso da escola para controle político e social, secundarizando o processo de ensino aprendizagem, as questões de conteúdo e de método, promovendo o desfiguramento do espaço escolar.

Essa tendência é evidenciada também na atuação dos agentes educativos do Programa, como monitores, educadores populares, estudantes em processo de formação docente, estudantes de EJA e do Ensino Médio e agentes culturais que fossem referências em suas comunidades por suas práticas em diferentes campos, na forma de um trabalho voluntário⁴ o que, além de acarretar a emergência de novos sujeitos docentes⁵ e uma

4 Sob regência da lei n. 9.608, de 1998, que dispõe sobre voluntariado Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 12 set. 2014.

5 O termo “sujeitos docentes” foi definido na pesquisa Trabalho Docente Educação Básica no Brasil desenvolvida pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO) para se referir aos profissionais que desenvolvem algum tipo de atividade de ensino ou docência, sendo compreendidos pelos professores e por outros profissionais que exercem atividade de docência (GESTRADO/UFMG, 2010).

nova divisão técnica do trabalho na escola, submeteu a promoção da educação integral a um pessoal menos especializado e mal remunerado (CLEMENTINO, 2013). Já a coordenação ficava por conta do professor comunitário, que se tratava de um professor do quadro efetivo da rede de educação que aderisse ao *Programa*, com preferencialmente 40 horas semanais (BRASIL, 2009a). Coerentemente com premissas de organismos internacionais, a “comunidade” é compreendida como colaborativa, como se houvesse uma relação harmônica entre Estado, mercado e sociedade civil e como se a sociedade civil não integrasse o Estado. Entendemos que esse potencial colaborativo da sociedade civil compõe as estratégias do Estado voltadas para o aprimoramento dos mecanismos de hegemonia, difundindo-as como confiáveis para a redução das mazelas sociais.

Nesse contexto, o equilíbrio social, a estabilidade política, a boa governança e o desenvolvimento econômico ficam mais à mercê do capital social, ou seja, de uma “cultura cívica” baseada nas relações de solidariedade, de cooperação dos cidadãos, com vistas ao alargamento do acesso dos mais pobres aos bens socioemocionais já disponíveis na sociedade, aos valores afetivos, fortalecendo os laços de confiança entre indivíduos e instituições, numa conjugação de esforços conjuntos. Essa ideia aposta na vocação produtiva disponível em cada grupo, comunidade ou zona de pobreza localizada, por meio da promoção do desenvolvimento das capacidades produtivas ou, ainda, no alívio do problema com políticas de ação afirmativa e compensatória (MOTTA, 2012).

Em que pese à implementação do PME, assim como outras políticas e programas instituídos, que visavam a diminuição das desigualdades educacionais e sociais observadas no contexto escolar durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, percebe-se também, no sistema educacional brasileiro, a intensificação de medidas educativas pautadas na eficiência e eficácia dos seus serviços, contrariando o sentido inclusivo das citadas políticas (CLEMENTINO, 2019, p. 22). Tanto é que eram as escolas com menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), maior participação dos estudantes no *Programa* Bolsa Família, e estudantes com problemas de aprendizagem, evasão, repetência e defasagem idade-ano que tinham prioridade de implementação do Programa (BRASIL, 2014b). Posteriormente, a Resolução n. 2, de 2016 (BRASIL, 2016c) dispôs a adesão ao PDDE em fases, sendo que a primeira englobava escolas com menor rendimento na Prova Brasil.

Nesse sentido, observamos no PME, a partir da ideia de uma educação mais ampla e ligada à vida, tanto pretensões ligadas à proteção social, justificadas pela equação “proteger e educar” (SILVA E SILVA, 2014, p. 118), quanto de incidência nas melhorias dos indicadores educacionais, o que configura a dita educação integral do *Programa* como estratégia.

Todavia, observa-se uma ruptura do modelo de formação integral que vinha se configurando com o PME com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, sem comprovação de crime de responsabilidade fiscal, empossando o então vice-

presidente Michel Temer.

3 I **PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: NOVA (CON)FORMAÇÃO?**

É nesse contexto que o Programa Novo Mais Educação (PNME) foi instituído pela Portaria n. 1.144, de 2016 (BRASIL, 2016), no seio da Secretaria de Educação Básica (SEB), mudando totalmente sua natureza, pondo fim à política de educação integral vigente e se tornando mais um instrumento das políticas de resultados, ao ter seu objetivo deslocado para a melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental. Para isso, buscou a ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar (BRASIL, 2016), “otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola”.

A fim de justificar as áreas do conhecimento a serem contempladas, a referida Portaria faz alusão ao inciso I do art. 32 da LDB, Lei n. 9.394, de 1996 (BRASIL, 1996), que determina o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

As áreas enfatizadas no *Programa* são explicitadas no Art. 1 do Cap. I da Portaria, quando esta determina, como objetivo, a melhoria da aprendizagem em Português e Matemática no Ensino Fundamental. O parágrafo único desse mesmo artigo demarca que o *Programa* abrangerá o acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e o desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte. É uma das finalidades do PNME, conforme o Art. 2 desse mesmo capítulo, a alfabetização, a ampliação do letramento e melhoria do desempenho em Língua Portuguesa e Matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico.

Compete aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios que aderirem ao PNME, de acordo com o Art. 6 do Cap. IV da Portaria, articular as ações do *Programa* com vistas a alfabetizar, ampliar o letramento e o desempenho em língua portuguesa e matemática, de acordo com a política educacional da rede de ensino. Às escolas compete, dentre outras funções, conforme o Art. 7 do Cap. IV, a articulação das ações do *Programa*, com vistas a alfabetizar, ampliar o letramento e o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, de acordo com o projeto político-pedagógico da escola.

No item III do Art. 4 do Cap. III, a Resolução 5, de 2016 (BRASIL, 2016b) prevê no § 2º que as escolas que ofertarem cinco horas de atividades complementares por semana realizarão duas atividades de Acompanhamento Pedagógico, sendo uma de Língua Portuguesa e uma de Matemática, com duas horas e meia de duração cada. No § 3º ainda indica que as escolas que ofertarem quinze horas de atividades complementares por semana realizarão duas atividades de Acompanhamento Pedagógico, sendo uma de Língua Portuguesa e uma de Matemática, com quatro horas de duração cada, e outras

três atividades de escolha da escola dentre aquelas disponibilizadas no Sistema PDDE Interativo, a serem realizadas nas sete horas restantes. No entanto, podemos questionar se tais “atividades complementares”, também não possuem caráter pedagógico como Português e Matemática.

As atividades complementares são secundarizadas tendo em vista que, caso a escola opte por desenvolver o *Programa* ampliando o tempo escolar de modo a totalizar o mínimo de cinco horas semanais, deverá ofertar somente o acompanhamento pedagógico, o qual se constitui por atividades de Português e Matemática, o que nos faz concluir que a finalidade formativa do PNME não está voltada para uma formação humana multidimensional, mas sim para uma formação escolar que valoriza áreas preconizadas nas avaliações externas.

Isso pode ser observado se consideramos que nas justificativas para implantação do *Programa* a Portaria 1.144, de 2016 (BRASIL, 2016a) indica o não alcance das metas do IDEB por muitas escolas do Ensino Fundamental no Brasil. É, pois, uma das finalidades do PNME, conforme o Art. 2 do Cap. I, a redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar; como também a melhoria dos resultados de aprendizagem do Ensino Fundamental, nos anos iniciais e finais. Faz parte, ainda, das diretrizes do *Programa*, o atendimento prioritário das escolas com piores indicadores educacionais e o atendimento de alunos e escolas de regiões mais vulneráveis (Cap. III)

Essa proposta parece se aproximar da proposta formativa que tem pautado a educação no Brasil nos últimos anos e que tem como base as avaliações externas. Nesse sentido:

O direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter é reduzido ao direito de aprender o “básico”, expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como o *domínio que é considerado “adequado” para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas* – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas às necessidades dos processos produtivos: leitura, matemática e ciências. Convém enfatizar que são as matrizes de referência dos exames e *não o currículo prescrito, a base nacional comum*, que definem o que será considerado como “básico” (FREITAS, 2014, p. 1089).

Também seguindo a tendência do descompromisso do Estado para com uma educação de qualidade, é válido destacar que no âmbito do PNME, como competência das escolas cabe a elas, ainda, conforme a Portaria n. 1.144/2016 (BRASIL, 2016a), a mobilização e o estímulo da comunidade local para a oferta de espaços, buscando sua participação complementar em atividades e outras formas de apoio que contribuam para o alcance das finalidades do Programa (Art. 7 do Cap. IV).

É necessário reconhecer a potencialidade, via articulação com o projeto pedagógico da escola, da utilização de espaços extraescolares com vistas a uma educação que dialogue

com a realidade dos alunos. Entretanto, é preciso cuidado para não se deslegitimar a escola como instância educativa, “do aluno e para o aluno” (CAVALIERE, 2007, p. 1031), como se ela “não tivesse jeito”, como se fosse tão fracassada e desinteressante que, para a educação fazer algum sentido para os alunos, fosse necessário sair dela.

Vale dizer que, no âmbito pedagógico, ressaltam-se duas diretrizes do *Programa* presentes na Portaria n 1.144, de 2016 (BRASIL, 2016a) que preveem, respectivamente, a integração das atividades ao projeto político pedagógico da escola e a integração do *Programa* à política educacional da rede de ensino, de acordo com o Art. 4 do Cap. III.

Apesar de oferecer um leque amplo de possibilidades de atividades complementares, desconsidera-se a realidade da escola pública brasileira, visto que a viabilidade de muitas perpassam por espaços apropriados, material de consumo, profissionais com grau de qualificação elevado, o que também eleva o custo, ou seja, as atividades propostas pelo *Programa*, em boa medida, representam letra morta, não possuem efetividade prática.

Por fim, ressaltamos que a participação comunitária na escola, a parceria com outras instituições sociais, bem como o incentivo ao trabalho voluntário foram ideias implantadas dentro de uma perspectiva ainda pouco comum à realidade educacional brasileira. Nesse sentido, os riscos de fragmentação e perda de direção que essas formas alternativas de ampliação da jornada escolar podem provocar devem ser considerados, dado um sistema educacional ainda frágil institucional e materialmente falando, como o existente no Brasil (CAVALIERE, 2011).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensejando a ideia de uma educação integral e (m) tempo integral, o PME buscava formalizar uma concepção de educação intercultural, multisetorial e de proteção social. Por meio das análises, constatamos que a incidência na melhoria dos resultados das avaliações externas, afinada com uma concepção eficientista de educação foi indicada no PME, mas já no PNME este passa a ser o foco central (nesse caso somente por meio da complementação da carga horária), indicando um suposto aprofundamento da aproximação das políticas educacionais do Brasil com as demandas postas pelos organismos internacionais voltadas para a formação de mão de obra barata para atender aos interesses imediatos do capital.

Interessante a constatação, a partir de uma pesquisa da Fundação Itaú Social e do Banco Mundial, publicada no jornal eletrônico “O Estadão”, em 2015, de que o PME não estava gerando a melhora das notas dos estudantes, em especial na disciplina de matemática. A matéria menciona que “existe reconhecimento da eficácia do *Programa* na ampliação de repertório sociocultural de alunos”, mas, ao que nos parece, outros pontos deveriam englobar essa eficácia.

A referida matéria ainda divulgou a resposta do MEC à pesquisa, informando

que o novo ministro da Educação, à época, Aloizio Mercadante, preconizaria, a revisão do *Programa Mais Educação*, valorizando os conteúdos voltados para a melhoria do aprendizado em Português e Matemática. É sob a gestão de José Mendonça Filho no MEC, com o golpe que destituiu o mandato presidencial de Dilma Rousseff, que a proposta de política pública de ampliação da jornada escolar brasileira foi remodelada, sob o viés do “*Programa Novo Mais Educação*”, coadunando com a proposta de Mercadante na resposta à pesquisa do Itaú Social e Banco Mundial.

Neste sentido, o *Programa Novo Mais Educação* não pressupõe uma formação mais ampla aos filhos dos trabalhadores, na medida em que fica evidente a preocupação marcadamente com a instrumentalização dos alunos ao enfatizar Português e Matemática como elementos centrais no processo formativo por meio de mais tempo na escola. Em vista disso, reafirmamos que tal preocupação se articula com as novas demandas dos setores produtivos que, diante da dificuldade de reprodução extensiva do capital, direcionam suas ações para os países de economias periféricas, sobretudo no campo educacional, com o intuito de criar uma nova sociabilidade e, conseqüentemente formar, desde os anos iniciais, numa lógica que privilegia aspectos que vão ao encontro de seus interesses.

Com relação às convergências entre os programas supracitados, em ambos detectamos o incentivo à divisão de tarefas entre escola e sociedade, principalmente no que diz respeito ao incentivo ao voluntariado para o oferecimento das atividades. A absorção por esses *Programas* de docentes sem formação específica, por meio da realização de contratos precários de trabalho, além de contribuir para a desvalorização profissional docente, comprometem o objetivo da educação integral. Assim sendo, destacamos que esta forma de estabelecer a relação escola/sociedade tem contribuído para desfigurar a instituição escolar de seu aspecto formativo pedagógico, desconsiderando a necessidade da competência facultada pela natureza do trabalho docente, que requer formação específica e criteriosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 6.253 de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei n. 11.494 de 20 de junho de 2007 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 de novembro 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm>. Acesso em 13/05/2019.

BRASIL. Decreto n. 7.083 de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em 13/05/2019.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 13/05/2019.

BRASIL. Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 de jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em 13/05/2019.

BRASIL. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 13/05/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação** - Manual passo a passo. Brasília, D.F: MEC, 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf>. Acesso em 13/05/2019.

BRASIL, Ministério da Educação: **Programa Novo Mais Educação**: Documento orientador – Adesão – versão 1. Brasília, DF: MEC, 2016a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=50045-programa-novo-mais-educacao-documento-orientador-out2016-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação: Manual operacional de educação integral 2014. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1113>. Acesso em 13/05/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Série Mais Educação**- Rede de Saberes Mais Educação. Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral. Brasília: MEC, 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf>. Acesso em 13/05/2019.

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de abril de 2007b. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 13/05/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF; MEC. 2007c. P. 1-43.

BRASIL. Portaria n. 1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de outubro de 2016b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 13/05/2019.

BRASIL, **Resolução nº 2, de 14 de abril de 2016**. Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, a fim de contribuir para que estas realizem atividades de educação em tempo integral, em conformidade com o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 de maio de 2016c. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br>> Acesso em 15/05/2019.

CAVALIERE, A. M. V. Políticas Especiais no Ensino Fundamental. In: FONTOURA, Helena Amaral. (Org.). **Políticas Públicas, Movimentos Sociais: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões**. Rio de Janeiro: ANPED Nacional, 2011, p. 104-121. Disponível em: <<http://www.fe.ufrj.br/anpedinha2011/ebook3.pdf>>. em Acesso em 13/05/2019.

_____. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade** (impresso), Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, 2007, p. 1015-1035. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100>>. Acesso em 13/05/2019.

CLEMENTINO, A. M.. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff: o Ideb e o Programa Mais Educação**.2019. 269 p.. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

_____. **Trabalho Docente e Educação em Tempo Integral: Um estudo sobre o Programa Escola Integrada e o Projeto Educação em Tempo Integral**. 2013.188 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

FREITAS, L. C. de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. Educação & Sociedade (Impresso), v. 35, 2014. p. 1085-1114. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>>. Acesso em 13/05/2019.

GABRIEL, C. T; CAVALIERE, A. M. V. Educação integral e currículo integrado: quando dois conceitos se articulam a um programa. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 277-294.

GESTRADO. **Trabalho docente na Educação Básica no Brasil: Relatório Final da Pesquisa**. Belo Horizonte: FAE/UFMG. 2010. 87p. Relatório.

LIBÂNIO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa** (impresso), v. 46, 2016, p. 38-62.

MOTTA, Vania. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012. v. 1. 310p.

SILVA, B. A. R. da. **Interesses, dilemas e a implementação do Programa Mais Educação no município de Maricá (RJ)**. 275 fls. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/dissersandraramaldo.pdf>>. Acesso em 13/05/2019.

SILVA, J. A. de A. da; SILVA, K. N. P. Analisando a concepção de Educação Integral do governo Lula/ Dilma através do Programa Mais Educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, p. 95-126, 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n1/a05v30n1.pdf> >. Acesso em 13/05/2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem qualitativa 38, 43, 174, 235, 236, 237

AEE 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62

Afetos 69, 193, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 208

Alcântara 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153

Alfabetização científica 166, 167, 168

Ambiente de aprendizagem virtual 184

Aprendizagem 1, 2, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 23, 27, 31, 33, 56, 57, 60, 61, 62, 65, 66, 76, 77, 81, 85, 87, 90, 91, 92, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 149, 167, 170, 176, 177, 178, 179, 182, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 209, 210, 212, 214, 217, 219, 223, 239, 240, 241, 245, 246, 247

Aprendizagem matemática 132, 138

Atitude científica 166, 167, 168, 169, 170

Autogestão 64, 65, 66, 67, 70, 74

C

Capital cultural 209, 214, 221

CECITEC 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

CEEJA 76, 77, 78, 79, 86, 87, 88

Cidadania 41, 65, 79, 85, 103, 104, 106, 107, 108, 111, 113, 115, 116, 117, 174, 195, 243

Cinema 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Coronavírus 1, 2, 5, 10

Covid-19 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 64, 70, 72, 135

Cultura 6, 7, 10, 15, 27, 42, 48, 53, 54, 69, 74, 80, 84, 85, 101, 104, 105, 112, 115, 116, 118, 119, 128, 139, 145, 149, 150, 151, 152, 157, 163, 168, 171, 177, 178, 185, 206, 209, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 241, 242, 251, 253

D

Desenvolvimento regional 38, 42, 47, 164

Docente 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 47, 49, 51, 52, 58, 60, 61, 76, 84, 87, 98, 101, 109, 111, 118, 130, 136, 140, 142, 170, 176, 181, 183, 195, 204, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 219, 241, 253

E

Educação 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 162, 164, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 191, 192, 193, 198, 199, 204, 206, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 232, 235, 238, 242, 243, 247, 251, 252, 253

Educação em tempo integral 102, 172, 173, 182, 183

Educação especial 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 124, 130

Educação integral 89, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183

Educação matemática 54, 132, 138, 247, 253

Educação online 184, 185

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 62, 66, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 149, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 185, 188, 189, 190, 193, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 239, 241, 242, 245, 246, 247, 250, 251, 253

Ensino de ciências 84, 167

Ensino remoto emergencial 1, 3, 4, 10

Ensino técnico 38, 39, 40, 46, 47, 48, 50, 51, 52

Entrevistas 38, 44, 45, 154, 155, 235, 237, 238, 240

Escolas Waldorf 66, 73

Espaço compósito 193, 195, 203

Espinosa 23, 193, 194, 195, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208

Extensão 5, 76, 77, 78, 86, 88, 155, 158, 160, 165, 201, 202

F

Facilitador metodológico 132

Formação de professores 56, 61, 63, 78, 86, 105, 109, 111, 118, 123, 142, 150, 244, 246, 251, 252, 253

G

Games 90, 91, 92, 97, 99, 100, 101, 218

Governança 64, 65, 66, 71, 177

I

Inclusão escolar 57, 63, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130

Infância negra e quilombola 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Instrumentos lúdicos 132

Interação 5, 12, 16, 17, 28, 42, 88, 97, 99, 104, 115, 122, 127, 138, 150, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 216, 219, 226, 248

Interiorização universitária 154, 156, 161

L

LDB 9.394/96 85, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152

Legislação educacional 24, 35, 36, 151

M

Mercado 18, 27, 35, 39, 42, 48, 84, 99, 103, 108, 109, 110, 112, 114, 116, 123, 177, 187, 214

Metodologia 3, 53, 54, 58, 63, 68, 80, 82, 90, 130, 135, 136, 140, 141, 167, 189, 209, 216, 235, 236, 239, 240

Metodologia científica 53, 235

Mobilidade acadêmica internacional 38, 40, 48, 51, 52

Mudança 5, 19, 31, 42, 72, 95, 111, 114, 118, 128, 175, 184, 191, 224, 241

Multicultural interaction 225, 227, 229, 230, 231, 232

Musical education 225, 227, 228

N

Nietzsche 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208

Nível de desenvolvimento atual 121, 129

O

Oficinas 70, 76, 235, 237, 239, 240, 241, 242

P

Pandemias 1, 3

PIBID 193, 194, 195, 204, 205, 206, 253

Políticas curriculares 103, 104, 113, 115, 116, 119

Políticas educacionais 6, 24, 25, 34, 35, 36, 38, 79, 109, 116, 119, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 172, 174, 180, 183, 209

Políticas públicas 9, 38, 76, 77, 86, 88, 103, 112, 113, 118, 119, 123, 153, 173, 175, 182, 210, 212, 251

Prática pedagógica 10, 68, 84, 103, 115, 137, 139, 140, 214

Processo dialético 184, 186, 189

Programa Mais Educação 172, 173, 174, 181, 182, 183

Programa Novo Mais Educação 172, 174, 178, 181, 182

R

Recursos didáticos 90, 91, 109, 244, 245, 246, 247, 250, 251

Reformas 20, 35, 80, 103, 104, 113, 114, 115, 116, 118

Relacionamentos interpessoais 184, 188

Ressignificação de conceitos 244, 246

S

Song 225, 227, 228, 229, 230, 231

T

Teletrabalho 1, 2, 3, 4, 9, 10

U

UECE 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165

V

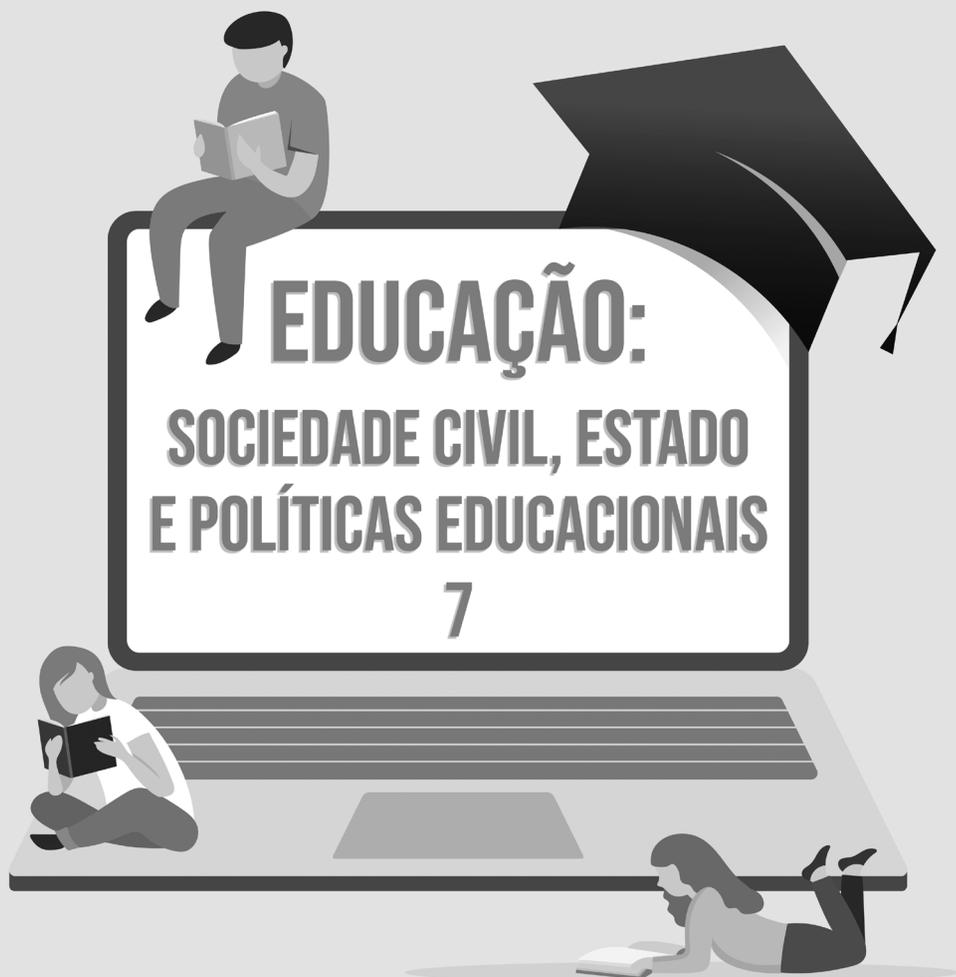
Valorização docente 24, 25, 26, 27, 30, 32, 34, 35, 36, 37

Values and emotions 225

Vínculos 64, 65, 69, 70, 71, 74, 189, 191

Z

Zona de desenvolvimento iminente 121, 122, 127, 129



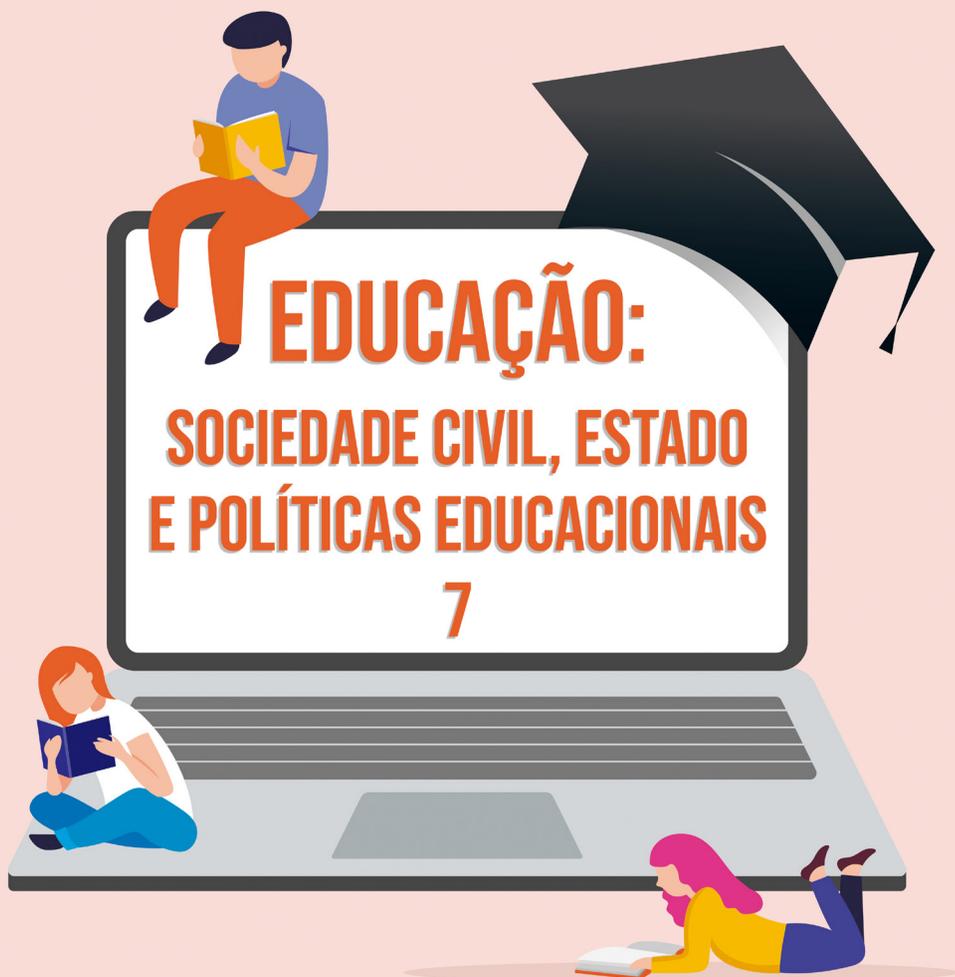
www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021